



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

UASG: 931041

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de 04 etiquetas personalizadas - adesivos, para que seja feita a decoração natalina desta Fundação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 690,00 (Seiscentos e noventa reais)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO: 06/12/2024 às 08:00h.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR - <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

NÚMERO DA COMPRA: 90038/2024



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO ETIQUETAS PERSONALIZADAS, UTILIZADOS NESTA FUNDAÇÃO, A SABER:**

**1.1 CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA – ADESIVO NATALINO PORTA
ENTRADA 1 FOLHA MEDIDAS APROXIMADAS 2,30 M X 1,00 M**

**1.2 CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA – ADESIVO NATALINO VIDRO
RECEPÇÃO MEDIDA APROXIMADA 1,50 M**

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação é necessária para que seja feita a decoração natalina da nossa recepção de entrada desta Fundação . Tendo em vista que se trata de contratação única no exercício e que a mesma não supera o valor indicado no art. 75, II é possível lançar mão da exceção legal à licitação, qual seja, a dispensa.

É inteligência do dispositivo apontado:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II – Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil), no caso de outros serviços e compras.

Assim, estão presentes os requisitos que autorizam a aquisição através da Dispensa de Licitação.

3. DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO E QUANTIDADES

- 3.1 Os serviços consistem em contratação/ instalação etiqueta personalizada – adesivo natalino para a porta de entrada e recepção desta Fundação.**



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS

4.1 Todas as observações e regramentos pertinentes encontram-se descritos no Termo de Referência que segue anexo.

Pedreira, 18 de Novembro de 2024.



Jéssica Niero Steula
Coordenadora de Recepção

Recebido 29 / 11 / 24
Processo Administrativo nº
134 / 24



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de confecção/ instalação etiquetas personalizadas - adesivo, mediante Dispensa de Licitação, baseada no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 4º do Decreto Municipal nº 3.813 de 14 de agosto de 2023, para decoração Natalina desta Fundação, e conforme condições exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.
01	CONFECÇÃO/INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA – ADESIVO NATALINO PORTA ENTRADA 2,00 x 2,20 , ADESIVO COM FUNDO BRANCO	18961	UNIDADE	1
02	CONFECÇÃO/INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA – ADESIVO NATALINO VIDRO RECEPÇÃO MEDIDA 0,59 x 1,44 , ADESIVO COM FUNDO TRANSPARENTE	18961	UNIDADE	1
03	CONFECÇÃO/INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA – ADESIVO NATALINO VIDRO RECEPÇÃO MEDIDA 0,58 x 1,39 , ADESIVO COM FUNDO TRANSPARENTE	18961	UNIDADE	1
4	CONFECÇÃO/INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA – ADESIVO NATALINO VIDRO RECEPÇÃO ADMINISTRATIVO MEDIDA 0,70 x 1,11 , ADESIVO COM FUNDO TRANSPARENTE	18961	UNIDADE	1

O quantitativo foi estimado com base na demanda desta Fundação.

Tendo em vista que a quantidade total do bem será entregue de uma única vez a contratação será feita através de empenho.

Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

A contratação/nstalação se faz necessário para que seja feita a decoração Natalina desta Fundação. Tendo em vista que se trata de contratação única no exercício e que a mesma não supera o valor indicado no art. 75, II é possível lançar mão da exceção legal à licitação, qual seja, a dispensa.



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

Requisitos da Contratação

Trata-se de contratação de serviço de confecção/ instalação etiqueta personalizada – adesivo para a decoração de Natal desta Fundação.

Execução Contratual

E regime de execução é o de empreitada por preço item.

Condições de execução

APENAS CONFECÇÃO/ INSTALAÇÃO POIS A ARTE JÁ POSSUIMOS PRONTA.

Prazo de entrega: 15 dias do recebimento do pedido de compras.

Condições de Recebimento: Os materiais deverão ser entregues na sede da Fundação, End.: Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso, no Departamento de Almoxarifado, de segunda a sexta feira das 08:00 as 17:00 horas.

Gestão do Contrato

A contratação com a empresa vencedora far-se-á por Nota de Empenho, conforme disciplina o artigo 95, inciso I da Lei 14.133/2021, vinculando a empresa vencedora aos termos deste Termo de Referência, à proposta apresentada e as demais disposições da Lei mencionada e suas alterações.

Rotinas de Fiscalização Contratual

Será em conformidade com o Decreto nº 3.790 de 21 de julho de 2023, constante no site do Município de Pedreira/SP.

Link de acesso: <https://pedreira.sp.gov.br/decretos-licitacao/decreto-n-3790-de-21-de-julho-de-2023>

Critério de Medição e Pagamento

O objeto será recebido provisoriamente em até 72 (setenta e duas) horas, contados da data da entrega de bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

Após a conferência, o CONTRATANTE atestará a medição, encaminhará ao Departamento de Contratos, o qual analisará a manutenção das condições de habilitação por parte da CONTRATADA e, posteriormente, enviará a documentação ao Departamento de Contabilidade para liquidação e pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630

CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

O objeto deste termo de referência será pago em até 30 (trinta) dias consecutivos após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura pelo solicitante, devendo a CONTRATADA emitir Nota Fiscal no ato da entrega do objeto, conforme pedidos de fornecimento enviados pelo Departamento de Compras.

O prazo para liquidação da nota fiscal será em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento e aceite da nota fiscal pela Administração.

Em caso de atraso no pagamento de valores devidos à CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá quitar o respectivo valor com a devida correção monetária através do índice INPC/IBGE ou qualquer outro índice que vir a substituí-lo.

Nos termos do art. 16, da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 2 de outubro de 2014, será exigido da contratada a cada pagamento realizado, a comprovação da regularidade fiscal, no caso em que os documentos apresentados estiverem vencidos.

O(s) pagamento(s) será(ão) feito(s) através de transferência bancária, sendo vedado(s) a(s) emissão(ões) de boleto(s), cujo dados bancários da CONTRATADA deverão constar na(s) nota(s) fiscal(is) a ser(em) emitida(s).

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

O regime de execução do contrato será mediante empreitada por preço item.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo,



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630

CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
-
- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Estadual.
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio da licitante, que comprove a regularidade perante ao ICMS. No caso da licitante sediada no Estado de São Paulo, a certidão correspondente é a que comprova a inexistência de débitos inscritos em dívida ativa
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.15. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.15.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.15.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.15.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.15.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.15.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.15.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.15.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.15.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.16. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.16.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.16.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no itens “12.15.2.”, “12.15.3.” e “12.15.4.” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

12.16.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “12.15.5.”, “12.15.6.”, “12.15.7.” e “12.15.8” do subitem acima, bem como nas alíneas “12.15.2.”, “12.15.3.” e “12.15.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.16.4. Multa:

12.16.4.1. Moratória de 0,5 a 15% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias úteis; O atraso superior a 05 (cinco) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.16.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “12.15.5.” a “12.15.8.” do subitem 12.15., de 15 a 30% do valor do Contrato.

12.16.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “12.15.3” do subitem 12.1, de 15 a 30% do valor do Contrato.

12.16.4.4. Para infração descrita na alínea “12.15.2.” do subitem 12.1, a multa será de 15 a 30% do valor do Contrato.

12.16.4.5. Para infrações descritas na alínea “12.15.4” do subitem 12.1, a multa será de 10 a 20% do valor do Contrato.

12.16.4.6. Para a infração descrita na alínea “12.15.1.” do subitem 12.1, a multa será de 10 a 20% do valor do Contrato.

12.17. A aplicação das sanções aqui previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Todas as sanções aqui previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.22.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.22.2. as peculiaridades do caso concreto;



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

12.22.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.22.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.22.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.23. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.25. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.26. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.27. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.28. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

Estimativas do valor da contratação

Conforme pesquisa de preços que serão juntadas nos autos do processo.

Adequação orçamentária

As despesas decorrentes da prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência correrão através de recursos próprios.

Responsável:


Jéssica Niero Steula
Coordenadora da Recepção



Fundação Beneficente de Pedreira
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161
CNPJ : 59.006.460.0001/70

Página 1

Solicitação de Materiais / Serviços

Requisição	Responsável	Data
00875/24	Jéssica Niero Steula	02/12/2024
Descrição		
Contratação de empresa especializada para confecção/instalação de etiquetas personalizadas - adesivo, para		
Poder	FUNDACAO BENEFICENTE DE PEDREIRA	
Órgão	FUNDACAO BENEFICENTE DE PEDREIRA-FUNBEPE	
Setor Solicitante	ALMOXARIFADO ADMINISTRATIVO	
Centro de Custo	17 RECEPCAO	
Placa		

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para confecção/instalação de etiquetas personalizadas - adesivo, para decoração natalina desta Fundação.

Justificativa

Contratação de empresa especializada para confecção/instalação de etiquetas personalizadas - adesivo, para decoração natalina desta Fundação.

Item	Cód. Produto	Descrição do Produto	Unidade	Qtd
1	360.001.130	CONFECÇÃO / INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA - ADESIVO	UN	1

CONFECÇÃO / INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSONALIZADA - ADESIVO

Itens: Adesivo Natalino - Porta de entrada - Medidas: 2,00 x 2,20 - Fundo Branco; Adesivo Natalino - Vidro da Recepção - Medidas: 0,59 x 1,44 - Fundo Transparente; Adesivo Natalino - Vidro da Recepção - Medidas: 0,58 x 1,39 - Fundo Transparente; Adesivo Natalino - Vidro do RH - Medidas: 0,70 x 1,11 - Fundo Transparente.


Requisitante



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

COMPLEMENTO DA REQUISIÇÃO

Solicitação nº: 002/2024

Data: 18/11/2024

Responsável: JÉSSICA NIERO STEULA

Solicitante: RECEPÇÃO

OBJETO: SERVIÇO DE CONFECÇÃO/INSTALAÇÃO ETIQUETA PERSOLANIZADA - ADESIVO

PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 DIAS

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 dias após a emissão da nota fiscal

FISCAIS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS – TITULARES E SUBSTITUTOS:

FISCAIS ADMINISTRATIVOS:

TITULAR:

Nome: José Francisco Nascimento

CPF: 004.845.178-99

SUBSTITUTO:

Nome: Michele Blandina Antas Menoncello

CPF: 306.303.458-48

FISCAIS TÉCNICOS:

TITULAR:

Nome: Eliana Rodrigues da Rosa

CPF: 220.058.148-30

SUBSTITUTO:

Nome: José Artur Versuri Canezela

CPF: 389.341.828-81



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 –Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

DEFINIÇÃO DA PARCELA DO OBJETO CONTRATUAL ATRIBUÍDA A CADA FISCAL:

FISCAL(IS) ADMINISTRATIVO(S) DO(S) CONTRATO(S):

- Compete ao fiscal administrativo do contrato, os seguintes atos:

I - prestar apoio técnico e operacional às equipes técnicas e administrativas da área demandante do serviço e à unidade administrativa responsável pela gestão de contratos, com a realização de tarefas relacionadas ao controle dos prazos, solicitação de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho, do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

III - examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicar o responsável pela área demandante da contratação e a unidade responsável pela gestão de contratos;

IV - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar aos seus superiores e a área responsável pela gestão de contratos, para que sejam tomadas as providências cabíveis, quando estes ultrapassarem a sua competência;

V - participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico, com as equipes técnicas e/ou administrativas da área demandante e com a unidade administrativa responsável pela gestão de contratos, quando for o caso;

VI - auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

VII - propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

VIII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, em conjunto com o fiscal técnico, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências previstas em contrato;

IX - exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa ou determinação da autoridade superior, desde que, relativas a fiscalização de contratos administrativos.

FISCAL(IS) TÉCNICO(S) DO(S) CONTRATO(S):

- Compete ao fiscal técnico do contrato, os seguintes atos:

I - acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o responsável pela área demandante da contratação e a unidade responsável pela gestão de contratos, aquelas que podem resultar na inexecução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa daquela prevista em contrato, tomando as providências



FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA – FUNBEPE

PEDREIRA-ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Henriqueta Rondello Canesso, 161 – Vila Canesso – CEP 13.927-118
Fone: (19) 3852-9630
CNPJ 59.006.460.0001/70 – Inscrição Estadual: Isenta.

necessárias à regularização, de forma a exigir da contratada, a correção das faltas ou defeitos observados;

II - recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato, conferi-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão de contratos;

III - verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la à unidade responsável pela gestão de contratos;

IV - manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

V - consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências; VI - propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;

VII - realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, quando houver, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências previstas em contrato;

VIII - exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa ou determinação da autoridade superior, desde que, relativas a fiscalização de contratos administrativos.




Jéssica Niero Steula
Coordenadora de Recepção




José Francisco Nascimento
FISCAL ADMINISTRATIVO – TITULAR



Michele Blandina Antas Menoncelo
FISCAL ADMINISTRATIVO - SUBSTITUTO



Eliana Rodrigues da Rosa
FISCAL TÉCNICO - TITULAR



José Artur Versuri Canezela
FISCAL TÉCNICO - SUBSTITUTO



ARTE PARA O ITEM 1 – ADESIVO NATALINO PORTA ENTRADA 2,00 X 2,20, ADESIVO COM FUNDO BRANCO



ARTE PARA O ITEM 2 – ADESIVO NATALINO VIDRO DA RECEPÇÃO 0,59 X 1,44, ADESIVO COM FUNDO TRANSPARENTE



ARTE PARA O ITEM 3 – ADESIVO NATALINO VIDRO DA RECEPÇÃO 0,58 X 1,39, ADESIVO COM FUNDO TRANSPARENTE



ARTE PARA O ITEM 4 – ADESIVO NATALINO VIDRO DA RECEPÇÃO ADMINISTRATIVO 0,70 X 1,11, ADESIVO COM FUNDO TRANSPARENTE